

DITADURA MILITAR: MULHERES POR TRÁS DA LUTA

MILITARY DITADURA: WOMEN BEHIND THE FIGHT

Ariêni Zanetti M Henriques¹
Janaína Soares Schorr²

Resumo

A Ditadura Militar no Brasil ficou conhecida através de ações que colocavam em prática a censura, supressão de direitos constitucionais, perseguições políticas e a repressão a quem não concordava com o regime. À vista disso, o presente trabalho visa o resgate à memória e relevância da mulher durante o período em análise. Para isso, parte de um breve relato sobre o que foi a Ditadura Militar, atos e consequências vivenciados por quem era contra o regime, para, a partir daí, abordar a respeito da figura feminina na sociedade durante o período militar e a importância das mulheres durante o regime. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa agrega o método de abordagem dedutivo, com os métodos de procedimento histórico e monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e demais materiais sobre o tema. A linha de pesquisa a que o trabalho se vincula é “Constitucionalismo e Concretização de Direitos”, dentro da área de “Cidadania, Políticas Públicas e Diálogo entre Culturas Jurídicas” da Faculdade de Direito de Santa Maria FADISMA. A conclusão que se alcançou é que as mulheres tiveram de abdicar um pouco de si, para alcançar seu espaço como mulher integral e não apenas como mulher do lar, visto que sempre foram diminuídas por seu gênero.

Palavras-Chave: Ditadura militar. Gênero. Mulher. Período. Sociedade. Tortura.

Abstract

The military dictatorship in Brazil became known through actions that put into practice censorship, the suppression rights constitutional persecution, political persecution and repression of those who disagreed with the regime. In view of this, the present work aims to rescue the memory and relevance of women during the period under analysis. For this, part of a brief report on what was the Military Dictatorship, acts and consequences experienced by those who were against the regime, from then on to address the female figure in society during the military period and the importance of women during the regime. The methodology used for the development of the research adds the deductive approach method, with the historical and monographic procedure methods and the bibliographic research technique in books, articles and other materials on the subject. The research line to which the work is linked is

¹ Acadêmica do 8º semestre do curso de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. E-mail: arieni_zh@hotmail.com

² Orientadora. Doutoranda em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Professora na Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. Advogada OAB/RS. E-mail: janinhaschorr@gmail.com

"Constitutionalism and Realization of Rights", within the area of "Citizenship, Public Policies and Dialogue between Legal Cultures" of the Faculty of Law of Santa Maria FADISMA. The bottom line is that women had to give up a little of themselves in order to reach their space as a full woman rather than a housewife, since they have always been diminished by their gender. **Key-words:** Military dictatorship. Gender. Woman. Period. Society. Torture.

Introdução

Durante o regime militar houve uma forte restrição de direitos, à vista disso, é de grande valia o não esquecimento desse período. Diante disso, expor-se-á um breve estudo sobre a Ditadura Militar relatando alguns atos praticados durante o período e as consequências sofridas por quem não era a favor do regime.

Igualmente, o estudo busca trazer à tona o contexto feminino nesse período em que o machismo era predominante e a repressão era claramente manifestada. Inicialmente, serão abordados os meios que as mulheres utilizaram para tomar frente nessa luta e o que abdicaram quando se dispuseram a enfrentar o controle político social imposto no período militar.

O trabalho é baseado na problemática que visa a abdicção da vida “pura” das mulheres em razão da frequente busca por Direitos. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa agrega o método de abordagem dedutivo, com os métodos de procedimento histórico e monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e demais materiais sobre o tema. A linha de pesquisa a que o trabalho se vincula é “Constitucionalismo e Concretização de Direitos”, dentro da área de “Cidadania, Políticas Públicas e Diálogo entre Culturas Jurídicas” da Faculdade de Direito de Santa Maria FADISMA.

1 História da ditadura militar

No ano de 1964, os militares tomaram o poder, tal fato deu-se, pois, as forças conservadoras do país, juntamente com as forças armadas, aplicaram um golpe de Estado e assim destituíram o presidente da República e instauraram a Ditadura Militar que durou quinze anos. (REIS, 2014, p. 1).

Após a tomada do poder, os militares precisaram estruturar o Estado e, em razão disso, o primeiro presidente do período militar, Castelo Branco, iniciou seu mandato instituindo o primeiro Ato institucional – decretos-leis que passaram a dar mais poder aos militares (GASPARI, 2002 *apud* MAESTRI, 2003).

Como as relações entre militares e estudantes estavam extremamente abaladas, e, como consequência do descontentamento de parte da população em relação aos acontecimentos, foram organizados atos, dentre os quais, a passeata dos “cem mil”, ocorrida no dia 25 de junho, no Rio de Janeiro, quando o movimento estudantil se uniu contra a Ditadura Militar (POERNER, 1979 *apud* GUSON, 2008).

Com o Estado totalmente tomado pelos militares, em meados de 1970, a ditadura passou pelo momento mais repressivo, com isso, Golbery e Geisel criaram a Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão responsável pelo controle de informações do Governo e, todos que não fossem a favor do regime, eram considerados inimigos, quando presos eram considerados presos políticos e violentados por diversos motivos. (GASPARI, 2002 *apud* MASTRI, 2003).

Com base na frase do filósofo irlandês Edmund Burke, “Quanto maior o poder, mais perigoso é o abuso” é de grande valia ressaltar que durante o período militar, a quem era suspeito ou claramente manifesto contra o regime, cabia à tortura física e psicológica, tal como a repressão e a censura.

Neste íterim:

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARNS, 1987, p. 43 *apud* BORGES; NORDER, 2008)

Diante deste contexto, em que a sociedade enfrentava um período de obscuridade no que tange a luta pelos seus direitos, a figura da mulher era subjugada pela repressão da Ditadura

e por seu gênero. Isso será estudado e analisado com foco na luta das mulheres e o que elas passaram durante o período.

2 Mulheres frente à ditadura militar

No regime militar, ficou conhecida como “puta comunista” a mulher atuante nos conflitos políticos, pois era considerada oposta ao conceito de mulher verdadeira, uma vez que ela não estava no comando do lar, cuidando dos filhos e do marido como na época era o idealizado para as mulheres. (COLLING, 1997)

Mesmo diante da forte repressão exercida pelos militares, mulheres fugiram do domínio praticado pelos comandantes do regime, se armaram e enfrentaram a Ditadura causando muita revolta nos militares, uma vez que, o fato de serem mulheres e estarem contra o regime fomentava a vontade destes de controlar essas mulheres. Assim sendo, como forma de abafar as manifestações utilizaram umas das práticas mais usadas durante a Ditadura: a tortura. Dentro desta prática estava o estupro e diversas formas de mutilações, até mesmo usando animais. (TELES, 2015)

Durante o período militar as mulheres ainda sofreram em razão de serem classificadas como o gênero fraco e sem vez. Grandes nomes se destacaram nesse meio, que influenciaram e tornaram esta trajetória tão mais forte, assim, cabe mencionar o nome de Olga Leocadia Benário.

Olga nasceu em Munique, na Alemanha, e saiu de casa juntamente com professor Otto Braun, seu namorado e também dirigente do Partido Comunista, encantada pelo ambiente revolucionário, Olga começou a participar das lutas em sua juventude. Uma das mais conhecidas batalhas desta mulher, foi o momento em que ela participou da libertação de Otto Braun que havia sido detido por traição à pátria.

Militante na luta revolucionária, conhecida pela força e garra, logo teve de iniciar a atividade clandestina e foi convidada por uma integrante do Partido Comunista para cuidar da segurança de Luis Carlos Prestes que deveria liderar uma revolução. (MORAIS, 1985, p. 15-21)

Olga e Prestes chegaram no Brasil em abril de 1935 e viveram meses na clandestinidade. Os militantes tiveram que por muito tempo fingirem ser casados para não serem presos, logo se apaixonaram e contraíram matrimônio. Com o fracasso da revolução são presos e separados. (MONJARDIM, 2004.)

Olga foi enviada para um campo de concentração onde deu à luz a Anita Leocádia Prestes, que ainda recém-nascida permaneceu com sua mãe, enquanto Maria Leocádia Prestes, avó paterna de Anita, organizava uma campanha para sua liberação. A criança foi entregue a avó e Olga permaneceu presa, quando, em 1942, morreu executada em uma câmara de gás pelos nazistas. (MORAIS, 1985, p. 280-310).

A revolucionária, mulher e mãe Olga Benario Prestes, mesmo diante da supressão de direitos e das lutas para findar as desigualdades e injustiças, manteve-se forte e não se deixou desestabilizar diante as provocações enfrentadas. Olga é um símbolo atemporal, sua história e sua luta guiaram os passos de novas revolucionarias que assim como ela prezam pela igualdade e direitos garantidos para todos.

Conclusão

O desenvolvimento do presente trabalho, baseado em livros, artigos, e demais materiais, dará início a pesquisas futuras, uma vez que o intuito do trabalho é mostrar o quão difícil foi a caminhada da mulher, a partir do direito à memória e o não esquecimento desse período conturbado e de suma importância para o desenvolvimento da Democracia e do papel feminino na sociedade.

Ressalta-se o quanto essas mulheres abdicaram de suas vidas mantendo-se firmes na resistência mesmo diante de perdas que surgiram em decorrência do combate ao regime. Como Olga, que, por vingança a Prestes, foi enviada à Alemanha nazista, deixou de ver o crescimento da filha, e só pode desfrutar da maternidade até aos 14 meses da criança. Visto isso fica claro que para buscar seus direitos e ter mais voz no meio de uma sociedade machista as mulheres muitas vezes abdicaram de uma parte de si.

Referências

BORGES, Adriana. Tortura e violência por motivos políticos no regime militar no Brasil. *In*: Seminário de pesquisa em ciências humanas, Londrina – PR, 2008. **Anais** [...]. Londrina, 2008. p. 3-10. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/AdrianaCBorges.pdf> Acesso em: 26 ago. 2019.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

GUSSON, Claudia M. **Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)**. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Movimento%20estudantil%20e%20repress%C3%A3o%20judicial:%20o%20regime%20militar%20e%20a%20criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20estudantes%20brasileiros%20\(1964-1979\).pdf](http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Movimento%20estudantil%20e%20repress%C3%A3o%20judicial:%20o%20regime%20militar%20e%20a%20criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20estudantes%20brasileiros%20(1964-1979).pdf) Acesso em: 28 ago. 2019.

MAESTRI, Mario. A Historiografia envergonhada. **Revista espaço acadêmico**, Maringá – PR, v. 3, n. 24, maio 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/11227112/A_Historiografia_Envergonhada_Resenha_GASPARI_E._A_ditadura_envergonhada_and_A_ditadura_escancarada Acesso em: 28 ago. 2019.

MONJARDIM, Jayme. **Olga**, uma visão fotográfica. São Paulo: Globo, 2004.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas - UFSC**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001- 1022, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41946/30517> Acesso em: 06 set. 2019.